



CODESRIA

12th General Assembly
Governing the African Public Sphere

12e Assemblée générale
Administrer l'espace public africain

12a Assembleia Geral
Governar o Espaço Público Africano

ةي عمجل ةي مومعلا ةي ناثلا رشع
حكم الفضاء العام الإفريقي

SOCIEDADE CIVIL, ESPAÇO PÚBLICO E GESTÃO DE CONFLITOS : O CASO DA GUINÉ-BISSAU

Carlos Cardoso
CODESRIA



07-11/12/2008
Yaoundé, Cameroun

Introdução

A entrada na modernidade do espaço societal que corresponde à actual Guiné-Bissau coincidiu com a submissão de uma parte da sua população à uma das mais retrógradas e cruéis formas de dominação e repressão, o colonial-fascismo, que se implantou em Portugal e suas colónias a partir da segunda metade do século XX¹. Este regime político é conhecido como aquele em que os direitos e as liberdades fundamentais dos cidadãos, nomeadamente o direito à livre expressão das ideias, à liberdade de associação e de livre participação em actividades políticas e sociais é sistematicamente ignorado ou violado pelas instituições do Estado. A opinião pública em geral e alguns círculos académicos em particular têm feito crer que num tal contexto, concebe-se mal o desenvolvimento de uma sociedade civil capaz de desempenhar um papel activo na vida social e política, e que por isso a sociedade civil em países como este, para além de ser recente e incipiente, está ligada à transição política que ocorreu a partir dos finais da década de 80 e princípios de 90. A presente comunicação tenta rebater esta “ideia-feita”; Desconstruir a noção de sociedade civil, propondo elementos que permitam reconceptualizá-la; e avança subsídios que possibilitam compreender o papel que a sociedade civil tem desempenhado nas várias fases de desenvolvimento por que tem passado a sociedade guineense.

A reflexão desenvolver-se-á em torno de três eixos fundamentais. O primeiro concerne a própria noção de colonização e de dominação a ela inerente. Tal como o assinalou Forrest (2003), e como iremos perceber mais à frente, a dominação dos territórios outrora administrados por Portugal, e por maioria de razão aquele que correspondeu à então “Província” da Guiné, nunca chegou a conhecer uma “institucionalização” do Estado em toda a extensão do território. E tão pouco conheceu uma incorporação efectiva das populações rurais na esfera das políticas sociais e económicas estatais, como a entenderam Mamdani (1996) ou Crawford Young (1994) para as outras colónias em África. A “dominação” traduziu-se antes na instalação de algumas estruturas modernas, que se assemelhavam às de um Estado, sobretudo nos centros urbanos, enquanto as populações rurais não só encontravam vias de circunscrever os oficiais, como chegaram a construir esferas alternativas de autoridade social e política e de actividade económica, que serviram de contrapeso social ao poder colonial central. Não é verdade, como afirma John Makumbe (1998), por exemplo, que os governos coloniais destruíram, em toda a África, a maioria dos grupos e organizações que existiam antes do domínio colonial.

O segundo eixo de reflexão partirá do pressuposto de que a definição de sociedade civil é algo que requer devida contextualização, e tomará como determinante a dimensão histórica. Neste particular, a comunicação interessar-se-á pela génese da sociedade civil guineense, destacando a sua contribuição para o nascimento de um espaço público. Partir-se-á do princípio de que todas as instâncias sociais, do indivíduo ao grupo, num tecido complexo de relações consensuais, contratuais ou conflituais, envolvem-se na produção do espaço como nos efeitos e constrangimentos deles resultantes. Tomar-se-á como base de argumentação o facto de que o corpo social não tem uma existência prévia à sua espacialização. Inspirar-se-á

¹ O período moderno da história da Guiné-Bissau começa a partir do momento em que o governo português teve a necessidade de prestar maior atenção aos “negócios da Guiné” devido à impressão causada na opinião pública portuguesa pelas derrotas sofridas no campo militar, durante as campanhas de ocupação colonial, nomeadamente a de Bolór que teve lugar em 1878. Pensou-se desde logo em dar autonomia administrativa ao território e dotá-lo de meios suficientes para completar a ocupação militar¹. Esta autonomia teve início com a publicação da carta de lei de 18 de Março de 1879, que, entre outros, determinava que o território da Guiné Portuguesa formasse uma província independente de qualquer outra; que o seu governo tivesse a sede na ilha de Bolama. Na realidade, a ocupação efectiva do território da Guiné iniciou-se com a organização do seu governo autónomo.

de autores como Henry Chamussy que defende que, para perdurar e se reproduzir, a sociedade produz sem cessar o seu espaço, e que o espaço produzido pela dinâmica social não é no entanto abstracto. Ele integra constrangimentos de várias ordens, que são percebidos e utilizados de uma maneira que evolui no tempo curto e médio das sociedades. Os constrangimentos resultantes do relacionamento entre os membros da sociedade, a sua subalternização ou não a outros grupos, a legitimação ou não desta dominação, etc., são factores que intervêm no nascimento e desenvolvimento dos diferentes espaços que configuram a sociedade no seu todo e, especialmente o político². É, pois, a concretização destes factores que vai emprestar uma especificidade ao espaço público em geral e ao político em particular.

O espaço público é concebido segundo a acepção de J. Habermas isto é, tomando o « público » como sinónimo de « comum » e de debate público, um espaço de discussão, e de acção, que se rege pelo princípio de publicidade, em oposição à lógica de funcionamento da autoridade pública, dominada pelo segredo do Estado. Mas a esta noção acrescentamos uma dimensão que foi melhor entendida e analisada por Michel Foucault, nomeadamente a do poder³. Tentar-se-á ainda demonstrar que a emergência de um espaço público não se consubstancia como um processo não linear e, ainda menos, instantâneo. A sua análise requer uma perspectiva de longo prazo, capaz de captar os momentos de continuidade e de ruptura. Para tal, será feito um recurso crítico a alguns trabalhos de cientistas políticos como Joshua Forrest (2003), que numa interessante obra sobre a « Lineages of State Fragility » analisa a emergência de uma sociedade civil rural, remontando ao período pré colonial.

O terceiro eixo da reflexão discutirá o papel activo que a sociedade civil desempenhou e tem vindo a desempenhar na prevenção e gestão dos diferentes conflitos que têm assolado a Guiné-Bissau, e interessar-se-á pelos limites que se impõem tanto ao espaço público, como à sociedade civil num contexto como o da Guiné-Bissau. A comunicação porá em evidência, entre outros aspectos, a força das estruturas formais e informais tradicionais, nomeadamente através do papel desempenhado ao longo e após o conflito armado de 1998, um papel que confirma a pregnância de todo um sector cuja acção na sociedade é largamente reconhecida como efectiva.

SOCIEDADE CIVIL E FORMAÇÃO DE UM ESPAÇO PÚBLICO

Pelo que atrás ficou exposto sobre a constituição de espaços sociais, pode-se deduzir que há vários modelos de diferenciação das esferas sociais, sendo a da sociedade civil apenas uma delas. Hegel chegou a considerá-la uma esfera da vida historicamente constituída, o produto histórico de um processo multidimensional⁴. O conceito de sociedade civil carece no entanto de um referente claro e distinto. Qualquer leitura deve ser feita a partir de uma perspectiva bem determinada, e por isso pode-se questionar se o conceito pode ser tomado como algo universal aplicável a todas as sociedades em todas as épocas.

² Citado segundo Auriac & Brunet, 1986:188/189.

³ Foucault e Habermas concordam que a racionalização e a má utilização do poder figuram entre os problemas mais importantes do nosso tempo. No entanto, discordam no que diz respeito à maneira como melhor se pode compreender e agir em relação a este problema. A abordagem de Habermas é orientada para o universal, para coisas que acontecem independentemente do contexto e para o controle via escrita da constituição e desenvolvimento institucional. Foucault focaliza o seu esforço em aspectos que dependem de um contexto e de um local determinado e sobre a análise de estratégias e táticas como base da luta pelo poder. O valor da abordagem de Foucault reside na sua ênfase nas dinâmicas de poder. Segundo este autor, perceber como o poder funciona é a primeira condição para acção porque a acção é o exercício de poder.

⁴ Ver a esse propósito Mahmood Mamdani (1995:602-605)

Está em voga nos discursos mais variados falar-se da tradicional dicotomia entre as esferas pública e privada e expressar estes conceitos numa linguagem que opõe Estado a sociedade civil, confundindo esta última com esfera privada e integrando nela elementos tão heterogêneos como a família, os movimentos sociais, partidos políticos, empresas, em breve, tudo que não seja directamente gerido pelo Estado. Esta perspectiva leva a uma visão dualística da sociedade onde o Estado é apresentado como Leviathan, um monstro capaz de subjugar a realidade social tumultuosa e de a devorar sem pensar nas consequências.

A fim de evitar de cair na armadilha de concepções dualísticas, devemos começar por conceber a sociedade civil na sua estreita ligação com a sociedade que a “produziu”, olhando para “o público” e “o privado” como categorias dialécticas cujos conteúdos são susceptíveis de sofrer alterações ao longo do tempo, tal como nos propõe Arnaud Sales, inspirando-se dos trabalhos de Julien Freund. Seguindo Julien Freund ([1965] 1978) na sua obra *l'Essence du politique*, a sociedade civil seria uma componente básica da esfera privada, mas ela não deixa de desempenhar um papel central nas relações entre esta e a esfera pública. Ela é definida como “um lugar onde o privado e o público se misturam continuamente, seja através de compromissos ou através de tensões”⁵, como o “teatro da dialéctica entre o privado e o público”. Para Freund, o “privado” e o “público”, juntamente com as categorias “comando” e “obediência”, “amigo” e “inimigo” (interior e exterior), são pressuposições do político, o que significa que se num dado período histórico ou sociedade uma das pressuposições é hegemónica, nenhuma delas pode porém eliminar o seu oposto⁶. Assim, a essência da sociedade civil não pode ser captada numa relação dicotómica entre o público de um lado e o privado do outro. Os dois constituem construções que resultaram de um longo processo histórico. É na intercepção entre os dois que reside a possibilidade de existência da sociedade civil.

Freund mostra que o privado exclui, separa, divide e frequentemente se vê numa posição de condicionar e discriminar com base num interesse particular. Assim, a vida social é marcada por uma multiplicidade de divisões de opiniões. Esta divisão de opiniões é inerente à esfera política. Mesmo se as lutas políticas opõem interesses e ideias, ela é baseada em opiniões. E é na sociedade civil que encontramos a máquina, o aparelho que usa a opinião para gerar opinião e tentar reagrupar um grande número de indivíduos (associações, corporações e movimentos) para exercer pressão ou tomar o poder (partidos). Para o nosso autor, a opinião pública é assim parte constituinte desta dialéctica entre o público e o privado. Ou a opinião pública exerce pressão sobre as autoridades públicas através de agrupamentos e associações privadas, ou o poder (expressão de uma opinião) tenta orientar e dirigi-la para enfraquecer as reivindicações e a influência do privado.

A partir daqui, é possível deduzir o papel central que ocupa a opinião pública em matéria de relacionamento entre o Estado e a sociedade. A relação entre o Estado e a sociedade civil não se resume a esta dimensão da luta pela influência de opiniões, mas ela constitui uma componente fundamental desta relação nas sociedades de hoje sob forte influência dos meios de comunicação de massas. Os terrenos onde são disputadas as lutas para influenciar a opinião são tantos, quantos os domínios que atraem os interesses dos cidadãos ou da sociedade no seu

⁵ Citado segundo Arnaud Sales (1991 :307)

⁶ De referir que para Freund, esfera pública é definida como a esfera do poder político-administrativo, enquanto a esfera privada engloba as áreas de actividade humana que não são especificamente políticas. Estas últimas distribuem-se pelas áreas de relações íntimas e pelas áreas da sociedade civil. São porém elementos distintivos de um todo. As duas esferas estão em constante interacção. Uma só pode crescer às expensas da outra.

todo. Assim, encontramos associações da sociedade civil disputando influências no domínio do meio ambiente, direitos humanos, igualdade do género, exclusão e inclusão, etc. Sem querer propriamente disputar o poder político, assistimos a organizações ou associações ambientalistas a criticarem a forma como as empresas exploram os recursos. Certas organizações feministas questionam a posição das mulheres na esfera do poder, enquanto outras defendem simplesmente a preservação de valores morais.

Abordando a problemática da sociedade civil em África com relação à questão do género, Tripp (1988) adverte que, definindo de uma forma restrita a sociedade civil e separando severamente o político da esfera doméstica, a vida organizacional das mulheres num país como o Uganda não é devidamente considerado uma vez que as suas lutas políticas não são limitadas a estas arenas tão estritamente definidas. Incorporando as estratégias organizacionais destes grupos sociais na nossa definição do público, começamos a vê-los como actores políticos que não são relegáveis apenas à esfera pública. Vemo-los envolvidos no espaço político, que, segundo a autora, pode ou não envolver o Estado, uma vez que há muitas arenas para a acção política, não sendo o Estado nacional a única arena onde são engajadas importantes lutas.

Segundo esta perspectiva, a política não poderia ser considerada prerrogativa de partidos políticos, nem de uma elite baseada nos centros urbanos. A política envolve negociações, acomodações, e lutas pelo acesso aos recursos, poder e influência. Ela permeia interacções sociais e abarca todo o espaço político. De acordo com Adrian Leftwich, a política consiste em todas as actividades de cooperação e conflito, dentro e entre sociedades, em que se envolve a espécie humana, obtendo, usando, produzindo e distribuindo recursos no curso da produção e reprodução da sua vida social e biológica (Leftwich 1983 [&], Tripp 1998).

As actividades desenvolvidas na Guiné por certos actores sociais a partir dos finais do século XIX e princípios do século XX são elucidativas destas interacções, por vezes conflituais, outras vezes de cooperação, entre indivíduos habitando o mesmo espaço social e cujos objectivos visavam, em última instância, os interesses de cada um e/ou do grupo que representavam. Esta interacção que assume contornos específicos teve como base um conjunto de mudanças sociais e administrativas que ocorreram na Guiné enquanto colónia de Portugal.

As concepções defendidas por Joshua Forrest sobre a sociedade civil por um lado e sobre a política por outro não estão longe deste tipo de abordagem. Daí ele ter conseguido analisar a actuação de uma sociedade civil rural que era uma realidade na Guiné-Bissau ainda antes da implantação do colonialismo. Joshua Forrest preocupou-se em explicar o conceito de sociedade civil, deixando claro que por “sociedade civil” entende as esferas não-estatais que englobam uma larga franja de actividades e organizações políticas e sociais. A sua preocupação consiste em, a partir de uma perspectiva histórica, conceptualizar essas actividades e organizações como os precursores de uma forte sociedade civil rural pré-colonial e colonial, que segundo ele explicam a fraqueza do Estado da Guiné-Bissau. Ao fazê-lo, apela a que seja alargada a conceptualização clássica da “sociedade civil”, que normalmente se refere a instituições com alguma visibilidade, centralmente bem organizadas e localizadas nos centros urbanos, para incluir uma vasta gama de formações sociais baseadas em zonas rurais cujas potencialidades são menos visíveis a um observador menos atento. Algumas destas instituições sociais baseadas em zonas rurais podem ser virtualmente clandestinas por natureza, mas são sítios onde as populações rurais investem o seu tempo,

energias, recursos e lealdades políticas, e que muitas vezes servem como o nexo central da autoridade política rural (Forrest 2003: 2-5)⁷.

Joshua Forrest corrobora as análises de alguns africanistas como Joel Migdal (1988) e Naomi Chazan (1988), segundo as quais os fracassos das políticas a nível nacional em África reflectem, em parte, a capacidade das esferas sociais não estatais em resistir às tentativas hegemónicas por parte do Estado. Em apoio a estas teses, Elke Zuern (2000) defendeu recentemente que o conceito de “sociedade civil” deve ser expandido para incorporar “um vasto espectro de associações humanas” localizadas na esfera pública, entre a família e o Estado- que inclui “formas de cooperação para benefício mútuo”, tais como associações étnicas e grupos de aldeias⁸. A característica destas associações que nos interessa aqui é a mobilização para sobrevivência e manutenção, para a produção e reprodução social, cultural e económica. Num mundo caracterizado pelo empobrecimento do ambiente, estas associações oferecem uma posição de retaguarda. No caso de clubes de poupança e das componentes poupança de associações, elas oferecem (proporcionam) uma cultura de poupança, de investimento e de capital que faz falta à nova cultura de consumismo patente nas sociedades africanas, sobretudo em certas franjas da população. A proliferação destas organizações é prova da vitalidade de uma certa sociedade civil que parece passar largamente despercebida. Seria instrutivo, diz-nos Emmanuel Vubo (2008), interpretá-las como estratégias de existência, continuidade e sobrevivência de direito de valor próprio, da mesma forma que Habermas considera a sociedade civil como um modo de vida. É a arena onde se gera uma visão alternativa da sociedade que se encontra ao mesmo tempo enraizada no passado e ancorada no mundo moderno, o espaço de exercício dos valores democráticos, através de uma auto-regulação ética e de uma autonomia, que uma cidadania truncada no seio do estado moderno é incapaz de oferecer.

Esta conceptualização obriga-nos a questionar o conceito de sociedade civil defendido por alguns autores, nomeadamente por António Gramsci, um dos precursores e inovadores do conceito, que na sua análise de sociedade civil focaliza principalmente, senão exclusivamente, na anatomia dos Estados ocidentais modernos⁹. Ou o de John Lock, que concebe sociedade civil como algo ligado à modernidade, baseado na noção de vida associativa voluntária como produto da modernidade, inscrevendo a noção numa antinomia entre o “moderno”, “avançado”, e “civilizado” contra o “tradicional”, “primitivo”, e “atrasado”; Ou a de Hegel e Marx que tendem a identificar a sociedade civil com sociedade burguesa¹⁰, algo ligado à Europa e que se desenvolve num contexto histórico no qual as transacções eram determinadas pelas forças do mercado. Independentemente da vontade dos seus autores, estas visões abstraem a questão da sociedade civil da sua preocupação real e descontextualizam-na de alguma maneira do seu terreno de emergência e de realização. Como foi sublinhado por Keith Tester (1992), a questão da sociedade civil “pode ser melhor entendida como uma confrontação com a própria possibilidade da sociedade em si- esta sociedade, nossa sociedade”¹¹. Nesta perspectiva, podemos encarar sociedade civil como estando na base de

⁷ Esta forma de conceber “sociedade civil” é tributária da concepção que nos é sugerida por Patrick Chabal e que encara “sociedade civil” em África como virtualmente todos elementos dos actores não-estatais que não têm nenhum poder (habitantes das aldeias, pescadores, nómadas, membros das classes de idade): Patrick Chabal, “Thinking about Politics in Africa”, introduction to *Political Domination in Africa: Reflections on the Limits of Power*, ed. Patrick Chabal (Cambridge: Cambridge University Press, 1986, 15.

⁸ Citado segundo Forrest, 2003: 3-4.

⁹ Os países aos quais dedica especial atenção, para além da Itália, são a França e os Estados Unidos.

¹⁰ Sobre estes últimos, ver Mamdani (1995).

¹¹ Citado segundo Vubo (2008).

todas as sociedades, a plataforma necessária à passagem de um estado na natureza para um estado de cultura.

Neste contexto, importa por exemplo lembrar que o contexto do aparecimento da teoria de sociedade civil de Habermas foi o da Alemanha pós-guerra, em que o debate girava à volta da construção de uma sociedade democrática e mais especificamente da atitude dos estudantes em relação à política. Habermas, fiel à tradição hegeliana e marxista, posicionou-se contra as teorias de Reinhard Koselleck do Estado moderno, que por sua vez o recebera de Carl Schmitt. Koselleck pretendeu demonstrar que o Estado absolutista, tal como emergiu das guerras religiosas dos séculos dezasseis e dezassete, constitui-se negando a existência de qualquer outra autoridade política susceptível de competir e despolitizando os seus sujeitos. As decisões políticas e morais foram completamente separadas, esvaziando a esfera política de qualquer consideração de ordem moral. Só através desta separação poderia o estado garantir a estabilidade da ordem política. Para Koselleck o projecto do renascimento consistiria na vontade dos intelectuais da época em minar a autoridade do Estado, não através da acção, mas através de discussões públicas.

Dito isto, não estamos a pôr em causa a utilidade das concepções acima descritas para a análise das sociedades civis contemporâneas e nem estamos a sugerir que estas visões não sejam pertinentes para o debate sobre a noção da sociedade civil hoje em dia. Em relação à noção de sociedade civil de Gramsci parece-nos pertinente o facto de ele conceber a sociedade civil numa perspectiva desenvolvimentista isto é, como algo formatado por exigências económicas e éticas e por condições históricas específicas. E para o caso que nos interessa aqui, nomeadamente o da relação entre sociedade civil e espaço público parece ser fundamental o facto de Gramsci reconhecer algo que sempre esteve no centro da noção liberal, nomeadamente a importância das associações em formatar as normas sociais.

Uma análise da história política e social de muitos países africanos, nomeadamente a da Guiné-Bissau, convida-nos, contudo, a relativizar tal aceção. As dinâmicas sociais reveladas por esta análise permitem afirmar, que o nascimento de uma sociedade civil neste país, segundo a definição proposta mais acima, não está forçosamente ligado nem à implantação das estruturas modernas do Estado colonial e nem ao próprio colonialismo, porquanto tanto no meio rural como nos centros urbanos é possível identificar elementos que testemunham da existência de movimentos e associações de cidadãos cujo campo de acção cai fora da esfera do Estado e da economia, incluindo, por exemplo, associações culturais, clubes desportivos, grupos de discussão, organizações de mulheres, etc. Foi o que demonstrou J. Forrest.

No seu recente e interessante livro, em que analisa as origens domésticas, internas, pré-colonial e colonial da sociedade civil rural, bem como da fragilidade do Estado na Guiné-Bissau, Joshua Forrest dá-nos conta que nos anos 15 do século XX, muitos mestiços e gurdetes em Bissau opuseram-se violentamente à campanha planeada pelo governador Teixeira Pinto e executada com a ajuda do colaborador Abdul Injai. Eles usaram todas as manobras políticas à sua disposição para evitar que a campanha tivesse lugar. Enquanto estavam em curso os esforços das autoridades portuguesas no sentido de submeter os povos locais, nomeadamente os Bijagós, entre 1916 e 1918, um grupo de personalidades exerceu pressão sobre elas no sentido de desarmar um seu antigo colaborador, Abdul Injai, que teimava em manter sob seu controle Oio (Forrest, 2003, 120). Um *lobby* caboverdiano/mestiço pressionou no sentido da sua queda.

Estamos perante um exemplo de como, mesmo não visando a conquista do poder de Estado, e não pondo em causa o poder colonial, alguns actores sociais tiveram uma intervenção cívica com um impacto público e político irrefutável. E a decisão das autoridades coloniais de proibir, através de um decreto, as actividades deste grupo, bem como a tendência para considerar qualquer mestiço como “rebelde”, eram reveladoras do impacto ou da dimensão política que as actividades deste grupo assumiam. Estamos perante um caso de ilustração de como a acção cívica de um grupo de cidadãos, agindo colectivamente, foram capazes de moldar a opinião pública de uma maneira positiva, impedindo assim que o estado agisse contra o interesse da maioria. E como constatou Alexis de Tocqueville (1955, 198-99) inspirando-se do caso da França, um meio efectivo para manter os valores universais e impor limites à expansão do Estado é o de reforçar a rede de associações tais como os círculos científicos e literários, escolas, casas editoras, organizações religiosas, associações de moradores. Todos eles constituem, na óptica de Tocqueville, barreiras cruciais contra o despotismo político, a repressão e a desigualdade sociais.

Focalizando a nossa atenção nos centros urbanos, constatamos que, entre 1900 e 1903 as autoridades coloniais tinham adoptado um conjunto de providências legislativas que criaram um novo quadro de actuação para os actores sociais emergentes, designadamente dos africanos. Este processo de reforma administrativa foi prosseguido nos anos subsequentes, de harmonia com a nova legislação que se ia promulgando na metrópole. Estas alterações nos estatutos da colónia vieram facilitar o crescimento e desenvolvimento de uma camada assimilada ligada à administração colonial, a tal ponto que podemos dizer que em 1907 a Guiné dispunha de uma nomenclatura própria¹².

A pergunta que se pode colocar é em que medida as acções empreendidas por aquele grupo de assimilados, muitos deles estatutariamente ligados à própria máquina administrativa colonial, não teria igualmente contribuído para a formação de uma memória colectiva de resistência, uma resistência que não tinha decerto o condão de afrontar o colonialismo numa perspectiva clara e inequívoca da sua negação, mas que, numa medida ou outra, acabou por influenciar a sua prática em relação às populações nativas. O que estamos a propor é uma interpretação que vê nesses actos um momento de constituição de uma opinião e de um espaço públicos, embora incipientes, e do embrião de um espaço político que se define menos por uma intencionalidade estatal, mas por actos cívicos tendentes a criar uma esfera de interacção social, onde seja possível negociar, influenciar ou até contestar decisões com algum impacto social.

Por influência ou não destas acções, a administração geral da província sofreu profunda alteração em virtude de reformas legais que estabeleciam novas bases para a governação ultramarina, nomeadamente através da introdução do regime de descentralização administrativa. Através delas foi revogada a velha organização burocrática da Guiné e deu-se aos organismos e autoridades coloniais vastas atribuições, indo ao ponto de cercar a intervenção da metrópole em muitos assuntos em que predominavam os interesses locais.

¹² Em termos de estratificação social, a Guiné colonial da segunda metade do século XIX caracterizava-se por linhas de clivagem em volta de várias camadas sociais, entre as quais se destacavam os *mulatos* (descendentes de um europeu e de uma africana) e os *mestiços* (de mãe guineense e de pai cabo-verdiano). Estes grupos preferiam em geral a cultura europeia e o cristianismo. Muitos oriundos de Cabo Verde ocupavam o topo da pirâmide e formavam o núcleo dos designados por *creoulos*, outra expressão para designar os descendentes do cruzamento de europeus e africanos ou de qualquer outra mestiçagem baseada em origens socioculturais diversas. A seguir vinham os africanos cristãos ou *gourmetos*, de pura ascendência africana. O denominador comum que os unia era o facto de todos reclamarem a africanidade, uma identidade social contraposta à identidade social europeia.

No mesmo período, desenvolvia-se, muito embrionariamente, uma esfera pública onde começaram a manifestar-se e a articular-se os interesses de certos grupos sociais, a começar pelos próprios portugueses que se encontravam na colónia, mas igualmente de africanos, quer estivessem eles ligados à administração colonial ou não. Após a campanha de Bissau, algumas figuras tinham-se notabilizado em negociações para um entendimento dos Papeis com as autoridades portuguesas.

A implantação da República, por exemplo, foi recebida na colónia com manifestações de alegria e entusiasmo por algumas individualidades locais que se diziam liberais históricos. Segundo Barreto (1938), tratou-se da constituição de um directório local do partido republicano. Estas acções levaram à substituição das comissões municipais e de alguns funcionários superiores.

As actividades destes actores conduziram à criação, em Dezembro de 1910, da *Liga Guineense*. Os membros desta liga protagonizaram diligências incessantes no sentido de exigir do governo português uma maior actividade escolar com vista à elevação do nível cultural dos guineenses, tendo por isso sido vista como uma associação escolar, educativa e de ajuda mútua que deixou marcos na vida sociocultural da colónia. O grupo dos seus membros era sobretudo constituído por pequenos comerciantes, artífices e trabalhadores marítimos, na maioria de Bissau e Bolama, na sua maioria africanos.

As versões dos historiadores quanto ao carácter desta organização são divergentes. Enquanto alguns vêm nela uma organização de cariz cultural e essencialmente voltada para a defesa de direitos civis dos assimilados e preocupada com a sua integração e participação (Pereira 2002), outros lhe atribuem um carácter político (Barreto 1938).

Peter Mendy, por exemplo, defende que a Liga Guineense não só não tinha quaisquer ambições políticas, como a sua significação política nasceu simplesmente da crescente hostilidade oficial gerada por uma sensibilidade exagerada às críticas e tentativas de ligar a associação com as revoltas dos “gentios”. Na opinião deste historiador, foi a colaboração estreita entre os dirigentes da Liga e os republicanos radicais, como Medina, Fonseca Campos e d’Oliveira (nenhum deles nativo da Guiné), que, de um ponto de vista mais liberal do que anticolonial, incessantemente criticavam as campanhas de pacificação de Teixeira Pinto, que levou ao desmembramento do “partido político” (Mendy, 1994: 331)

Independentemente do tipo de actividades a que se teria dedicado, a Liga não deixou de marcar a vida cultural e política da colónia, mesmo que por um período de tempo relativamente curto. Também não se pode negligenciar o papel social dos descendentes dos membros da Liga. Alguns optaram por se manter relativamente distantes de actividades desta natureza, mas alguns envolveram-se directamente na política. A sua intervenção social não deixou de ter reflexos no que noutro lugar chegámos a analisar como o processo de constituição da elite política guineense¹³.

¹³ Por estas razões, chegamos a admitir como marco de nascimento do espaço e da elite políticos guineenses o que René Pélissier considera o fim do período “cabo-verdiano” da Guiné, o ano de 1879¹³, data em que o território é proclamado “Província da Guiné”, não propriamente porque se possa situar a formação de uma determinada camada social numa data tão precisa, ou, como diz Pélissier, por se ter dado uma revolução social, mas essencialmente pelo valor simbólico que esta proclamação encerra e pelo facto de, formalmente, só a partir deste momento se poder falar de uma administração e, conseqüentemente, estarem criadas as condições mínimas para o desenvolvimento de uma elite política moderna. Hoje, admitimos que a formação do espaço político se dá cerca de meio século mais tarde, aproximadamente por ocasião da constituição da Liga Guineense, em 1910. A provar a génese deste espaço está um conjunto de actividades de pessoas como José Gomes Araújo, Juiz do

No período que se seguiu às conquistas dos anos 1910 o Estado colonial iniciou o processo de consolidação do poder económico e político no interior da Guiné. Através deste processo, iniciou-se o que Crawford Young denominou de fase de “construção” do Estado colonial. Durante este período, o poder colonial real ficou confinado aos principais centros urbanos, principalmente na capital Bissau. Noutras localidades do interior, a sua presença fazia-se sentir mormente através da cobrança de impostos, construção de estradas e em projectos que envolviam a utilização forçada da mão-de-obra. Nas zonas rurais, este esforço de construção do Estado colonial traduziu-se na tentativa de instituição, a nível das aldeias, de uma estrutura composta por chefes “tradicionais”, constituída essencialmente por chefes que tinham colaborado com os portugueses durante as conquistas ou por chefes que tinham sido derrotados e que decidiram alinhar com o poder colonial. Apesar de um certo grau de sucesso, as estruturas centrais do poder político indígena mantiveram-se intactas ou adaptaram-se às novas asserções da autoridade do Estado, de tal forma que evitaram o estabelecimento da dominação por parte do Estado central nas zonas rurais. Como resultado desta postura, uma grande parte dos chefes designados nunca chegaram a exercer uma real dominação sobre estas populações, enquanto as formações sociais baseadas nas zonas rurais mantiveram o efectivo controle e, em consequência disso, estiveram sociologicamente numa posição de força *vis-à-vis* ao Estado central durante todo o período de construção do Estado colonial entre 1923 e 1950. Tomando esta postura, pode-se considerar que estas formações sociais baseadas nas zonas rurais integraram uma forte sociedade civil que foi capaz de determinar a composição e a direcção da maior parte dos recursos políticos, sociais e religiosos.

Por outro lado, nos centros urbanos, e pese embora a política repressiva do Estado colonial, as populações nunca cessaram de resistir. Como prelúdio à luta anticolonial organizada, a sociedade urbana de então não cessou de conhecer movimentos de resistência e de contestação ao poder colonial. Exemplos disso são as associações desportivas e culturais que se criaram nos anos 50. A irrupção da guerra anti-colonial nos anos 60 foi precedida extensivamente por actos de rebelião durante toda a fase de implantação colonial e, estes actos, por sua vez, representam uma certa continuidade da resistência manifestada aquando das “conquistas” que tiveram lugar antes e durante a primeira década do século XX.

Durante a luta armada foram criadas a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG) e a União Democrática das Mulheres (UDEMU). Cerca de uma década mais tarde, com a conquista da independência, o Estado pós-colonial tentou “captar” as populações rurais e incorporar os que habitavam os centros urbanos através da criação de mais organizações de massas lideradas politicamente pelo partido único, como foi o caso da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e dos Pioneiros Abel Djassi. Estas estruturas foram criadas para, numa primeira fase, apoiar as estratégias de mobilização do PAIGC, mas serviram igualmente de *relais* das relações com instituições congéneres ou simpatizantes da luta de libertação conduzida pelo PAIGC. Desempenharam um papel chave em matéria de sensibilização, propaganda, colheita de fundos, etc. Segundo Koudawo (1996), enquanto instrumento político

Povo, bem como os de Henrique Lopes Cardoso e Juvenal Cabral, pai de Amílcar Cabral, ele próprio descendente de António Juvenal da Costa Cabral, que embora tivesse sido padre, não se coibiu de se envolver na política, tendo sido deportado para Cabo Verde, sua terra de origem. O nascimento do espaço político e o embrião de uma elite política não estão necessariamente ligados à luta pela conquista da independência, como admitem alguns trabalhos (MacQueen 1998, Furtado 1997). O nascimento do espaço político na Guiné não está aliás ligado ao nacionalismo, pelo menos na sua acepção de luta pela independência nacional. Tal como constatou Johnson para o caso do Senegal, o nacionalismo não é necessariamente “a chave do passado político africano” (Johnson, 1991: 10). Outras influências tais como a política de assimilação, o urbanismo, as elites e a religião, tiveram tanta importância quanto o nacionalismo na origem da vida política moderna da Guiné-Bissau.

do PAIGC, elas teriam “investido todo o espaço social e marcado a sua evolução”. A firme vontade do PAIGC em proceder à transformação radical da sociedade guineense, entre outras através de uma nova política de criação do homem novo, promoveu a presença de organizações de a todos os níveis do espaço social e em direcção a grupos específicos como o dos trabalhadores, das mulheres, dos jovens e das crianças. Concomitantemente, foi desenvolvida uma estratégia de desencorajamento, silenciamento e até aniquilação de organizações concorrentes, algumas delas oriundas da época colonial, como foi o caso do Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio, Indústria e Agricultura (SNECIA).

Mais uma vez, este processo de dominação foi parcial e de pouca dura. Certas franjas das populações urbanas integraram efectivamente as organizações de massas criadas pelo PAIGC, o então partido único no poder, mas, durante o período que durou o regime de partido único, as populações não cessaram de se organizar em associações informais, sejam elas de carácter cultural, desportivo ou mesmo político. A resistência às tentativas de dominação por parte do PAIGC não se fizeram esperar. A constituição de organizações da sociedade civil na Guiné-Bissau precedeu de algum modo a vaga de democratização iniciada nos finais da década de 80.

As “mandjuandades”¹⁴, cuja génese remonta ao período pré independência, viram revigoradas as suas redes sociais. Elas costumam ser citadas como o exemplo da vitalidade das estruturas tradicionais de socialização que permitiu servir de refúgio às expressões autónomas das populações ainda durante a época colonial. Se nos reportarmos à época pós independência, elas poderiam ser citadas como representando não só a expressão da vitalidade das estruturas tradicionais, mas da sociedade *tout court*. Isso pode explicar o porquê que, com a declaração oficial do fim do partido único, houve uma explosão de organizações da sociedade civil. Ela ajudou aliás a que se chegasse a essa declaração.

A sociedade civil foi bastante activa na maioria dos países africanos em termos das mudanças que se registaram na esfera política nos finais dos anos 80 e princípios de 90. Alguns dos grupos cívicos e coalições foram instrumentais na passagem de regimes monopartidários a regimes multipartidários. Um facto ao qual os analistas prestaram pouca atenção é o papel que estas organizações desempenharam na constituição e/ou consolidação de um espaço público, por um lado, e na resolução do conflito, por outro. Nesta parte da comunicação, vamos dedicar a nossa atenção principalmente ao primeiro aspecto, deixando para mais tarde, a análise do papel que a sociedade civil guineense desempenhou na resolução do conflito.

Na Guiné-Bissau, a sociedade civil conheceu uma nova dinâmica a partir dos anos 90. O número de organizações que compõem o tecido do que se convencionou chamar de sociedade civil aumentou consideravelmente. De um efectivo de cerca de dez organizações não-governamentais que existiam no início dos anos 90, o número subiu para mais de sessenta antes do conflito armado de 1998/99. Actualmente, este número ultrapassa os cento e cinquenta, incluindo as organizações internacionais. Os sindicatos também conheceram um crescimento importante. Até a década de 80, praticamente só contava a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG). Hoje, existem mais de vinte sindicatos, uns tutelados pela Confederação Nacional dos Sindicatos Independentes (6) e outros pela UNTG (cerca de 16). As duas centrais sindicais definem-se como defensoras dos interesses e dos direitos dos trabalhadores, e integram o Fórum de Concertação Social.

¹⁴ Associação de entreajuda, com fins essencialmente culturais, é baseada no critério da pertença à mesma classe de idade. O termo provém de *mandjua* que em crioulo significa “da mesma classe de idade”.

A este aumento em número está ligada a sua considerável diversificação. Com efeito, a sociedade civil, que inclui igualmente o sector das ONG, caracteriza-se por uma diversidade bastante grande. O leque vai das organizações implicadas na promoção de actividades económicas àquelas interessadas exclusivamente na educação cívica, passando pelas interessadas na conservação da natureza. Outros perseguem fins meramente associativos, não se especializando em nenhuma actividade. São, por exemplo, as associações de naturais de determinadas localidades (cidades, aldeias ou vilas) que se constituem em grupos alargados com a única finalidade de preservarem a sua identidade. Um outro sector fértil em organizações sociais com importância capital na promoção da coesão social e solidariedade horizontal são as redes informais de ajuda social e económica (*mandjuandades*, grupos ligados às igrejas, grupos de ajuda e de preservação dos valores culturais, entre outros).

Um estudo recente tentou estabelecer uma tipologia dessas organizações, tendo chegado a distinguir pelo menos cinco grupos: 1) Associações comunitárias, que ocupam um lugar de destaque, representando 57% do total das associações; 2) Associações juvenis (19%); 4) Associações profissionais (16%) e 5) Associações de mulheres, que representam 5%. A estes organizações haveria que acrescentar aquelas que trabalham no domínio da defesa dos direitos humanos (sociais e políticos), bem como algumas confederações. Em termos de redes e federações, as associações comunitárias são igualmente líderes, o que não deixa de ser um dado interessante devido ao papel que estas associações podem desempenhar na mobilização de recursos, na defesa dos interesses dos camponeses e na partilha de experiências e tecnologias. O sector onde o movimento associativo conheceu uma maior vitalidade foi o das associações de jovens e agrupamentos de mulheres. A liberdade de expressão e de associação ligadas às filosofias de projectos dos doadores que privilegiam o trabalho directo com os grupos sociais fez disparar o número das associações de jovens e de mulheres tanto nas cidades como nas zonas rurais. Muitas raparigas encontram na vida associativa não só oportunidades para a sua ascensão social, como também uma maior liberdade face ao controlo social e familiar impostos pelas normas tradicionais da sociedade.

Para além desta tipologia, poder-se-ia estabelecer uma outra, que considera aquelas que têm a sede nos centros urbanos e cujas acções estão concentradas ou voltadas para os centros urbanos, aquelas que estão sediadas nos centros urbanos e nas zonas rurais, mas cuja acção está concentrada nas zonas rurais, como seria o caso da organização AD; e as organizações sediadas no mundo rural e cuja acção é centrada nas populações rurais. O denominador comum destas últimas é que se dedicam na sua maioria às questões de desenvolvimento. Os estudos realizados até à presente data têm dedicado pouca atenção a estas últimas. A par algumas dificuldades práticas que o estudo destas últimas possam colocar, o constrangimento maior parece prender-se com o facto de estes estudos e análises continuarem a guiar-se por um paradigma que temos vindo a criticar isto é aquele que olha para a sociedade civil principalmente ou até exclusivamente como algo incorporando organizações a associações formais mais ou menos estruturadas, formais e segundo os cânones estabelecidos pelas organizações da sociedade civil do Norte.

Ao analisar-se as mudanças que se verificaram na sociedade guineense ao longo da sua história recente, nomeadamente no que concerne à existência ou não de um espaço público, há que tomar em consideração a contribuição dos dois sectores. O desenvolvimento do embrião de um espaço público na Guiné-Bissau teria sido impensável sem o florescimento das associações ditas modernas. Poder-se-ia afirmar que o nascimento de um espaço público está intimamente ligado ao florescimento das organizações e associações da sociedade civil. A organização interna da própria esfera e o esforço de concertação das suas acções com as das

estruturas e instituições do Estado estimularam a criação de um espaço, que começou por ser de simples concertação das actividades, mas que progressivamente começou a transformar-se num espaço de reflexão e de debate sobre aspectos relevantes para a vida dos cidadãos, criando assim um elo de ligação cada vez mais estreito não só das organizações entre si, mas também entre elas e a sociedade em geral. Pese embora as influências das dinâmicas recentes e ditas modernas, nomeadamente a vaga de liberalização política que a África conheceu nos finais da década de 80, a inspiração que levou à criação e consolidação destas organizações não é alheia à existência de uma tradição de organização da sociedade em grupos de interesse autónomos vis-à-vis a um poder central, da construção de interdependências, entreajudas, de alianças e de coordenação entre comunidades locais de origens étnicas diferentes e, ao fim e ao cabo, de autonomia social.

E neste particular, a noção de autonomia social revela-se de uma importância particular quando abordamos a questão do espaço político, sobretudo em termos dos seus contornos em relação ao poder central. Inspirando-nos no trabalho de Forrest, definiríamos autonomia social como a evolução histórica das práticas políticas, sociais, religiosas e económicas, bem como as esferas da actividade social estabelecidas pelas próprias comunidades locais e menos pelos governos dos Estados-nações (Forrest, 2003:20). A maneira como evolui a autonomia social num determinado espaço é determinado pela natureza contínua e em constante mutação da sociedade civil e sua interacção com forças externas. Dependendo do grau de autonomia que conseguem atingir ou não, assim as comunidades locais conseguem ou não tomar decisões políticas que não são contrariadas pelas decisões das agências governamentais, são capazes de criar unidades sociais sobre as quais as forças externas têm uma influência mínima ou quase nenhuma e controlam a maior parte dos seus próprios recursos sociais. Sociedades civis fortes podem não adquirir autonomia em todos estes aspectos, mas na medida em que o conseguem, elas podem ser consideradas como representantes de uma retaguarda segura contra a intervenção do Estado que faz avançar e aprofundar o alcance de uma liderança (governança) baseada na comunidade.

Na Guiné-Bissau, a sociedade civil retira a sua força de várias fontes históricas, incluindo a evolução das relações e das alianças interétnicas, das estruturas sociais baseadas em classes de idade, dos sistemas de autoridades seleccionadas a partir da aldeia, das dinâmicas das formações sócio-religiosas e de uma variedade de instituições rurais de tomada de decisões. Estes aspectos da sociedade civil rural têm contribuído significativamente para o estabelecimento da autonomia social e tem-se manifestado ao longo do tempo, apesar de alterar a natureza particular das suas manifestações em reacção à alteração das circunstâncias e dos desafios externos.

A partir dos anos 90 verifica-se um movimento em dois sentidos no que diz respeito à relação entre sociedade civil e (re) definição de uma esfera política. Se por um lado, a abertura política permitiu o aparecimento de novas organizações da sociedade civil, por outro lado o aparecimento e consolidação destas organizações permitiram tornar mais permissível a esfera política e abriu caminho ao que se podia considerar como o processo de criação de um espaço público. Aliás, esta “dimensão política da sociedade civil” como foi tratada por Benjamin Ardit, foi desenvolvida no trabalho pioneiro de O’Donnell e Schmitter (1986) sobre transições democráticas. Estes autores outorgam à sociedade civil um papel crucial no que chamam processo de “liberalização” dos regimes autoritários isto é, a recuperação - às vezes inclusive a criação *ex nihilo* - de direitos civis tais como os de expressão, reunião e organização que serviram logo como pré-condições para os processos de transição propriamente ditos. Segundo

O'Donnell e Schmitter, o accionar de movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil levou à ampliação do campo de liberdade antes que se deram os processos de transição à democracia, se bem que ao mesmo tempo advertiam dos limites deste tipo de acção: uma vez chegado o momento da negociação de pactos políticos para permitir o passo de um regime autoritário a um democrático, as elites, em especial as partidárias, recuperavam a sua capacidade de acção e tendiam a hegemonizar a esfera pública.

Em termos de coordenação e concertação das suas actividades, o período compreendido entre 1984, altura em que foi criada a Solidami (Instituto de Coordenação das Actividades das ONG), e 1998 (conflito armado), foi bastante profícuo. Várias organizações nacionais estiveram envolvidas na criação de um decreto-lei, que regia as actividades das ONG na Guiné-Bissau. O que importa particularmente assinalar, é o facto de nesse período se ter conhecido um aceso debate à volta da governação democrática e desenvolvimento participativo, o que entre outros aspectos, permitia uma troca regular de informações e partilha de experiências entre as organizações.

Para além da SOLIDAMI, que intervinha no âmbito da coordenação e concertação, houve por parte de algumas ONG a tentativa de criação de redes de colaboração e partilha de experiências como foi o caso da RADOP (Rede Nacional de Apoio às Organizações de Autopromoção) criada depois das Primeiras Jornadas nacionais sobre Agrupamentos de base organizada por AD (Acção para o Desenvolvimento), em Contubuel, em Janeiro de 1993. Neste contexto, merece igualmente algum destaque a ALTERNAG, uma ONG que desde a primeira hora decidiu dedicar-se essencialmente a estudos e a reflexão crítica sobre problemas sociais e económicos.

Após o conflito de 1998/99 essas estruturas de coordenação e concertação acabaram por desaparecer. Entretanto, e na sequencia dos imperativos da guerra civil, da solidariedade emergente no contexto da ajuda humanitária aos deslocados da guerra e das acções de *lobby* e advocacia contra a guerra duas importantes redes de organização da sociedade civil acabaram por emergir:

- 1) O Movimento da Sociedade Civil para a Democracia e Paz, albergando no seu seio um elevado numero de ONG, sindicatos, igrejas, organizações de jovens e mulheres. O movimento transformou-se num importante espaço de *playdoyer* contra a guerra. A sua intervenção fazia-se sentir através de denúncias de atrocidades, de marchas pacíficas contra a destruição, entrevistas e informações sobre a situação dos deslocados da guerra. O Movimento desempenha hoje um papel activo enquanto contrapoder ao estado na luta pela defesa e promoção dos valores da democracia, do estado de direito e das liberdades fundamentais dos cidadãos.
- 2) A Célula das ONG, que mais tarde veio a transforma-se na Plataforma das ONG (Placon-GB). A célula aparecera no âmbito do apoio e canalização da ajuda humanitária aos deslocados da Guerra de 7 de Junho de 1998. Depois da guerra, as ONG que faziam parte da Célula decidiram alargar a rede a outras ONG nacionais e internacionais culminando com a criação oficial da Placon-GB e cujo papel consiste em garantir a concertação entre as organizações não governamentais e contribuir para a sua participação no desenvolvimento socioeconómico e político servindo de ponte entre o estado e as ONGs.

Estas redes, mas particularmente esta última, tem desempenhado um papel relevante naquilo que se poderia considerar o embrião de um espaço público, o “Focus”, que tem revestido a forma de encontros temáticos de concertação, discussão e partilha de informações entre organizações nacionais e internacionais.

Por outro lado, no seio das Organizações da Sociedade Civil nasceram nos últimos anos, várias redes temáticas, algumas delas bastante importantes do ponto de vista da representatividade e abrangência geográfica, cujo objectivo consiste em promover o debate sobre temáticas seleccionadas, mas igualmente promover actividades, através da captação de fundos junto de parceiros nacionais e internacionais. Os temas tratados por estas redes vão desde a questão da violência contra as mulheres (Renluy), até às questões da paz e da democracia (WANEP), passando pela promoção da participação das mulheres (AMAE) e jovens (RENAJ) nas actividades económicas, sociais e culturais. O estudo recente revelou que a educação e formação ocupam um lugar de destaque em termos de temáticas ou áreas em que intervêm as ONG. Não há dúvida que a captação de recursos continua a ser uma das preocupações destas organizações, mas não se lhes pode negar um certo papel no despertar e/ou elevação da consciência do cidadão comum relativamente a estes temas. Um exemplo paradigmático desta polivalência constitui a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), cuja acção desde os primórdios da sua criação em 2002 tem promovido a participação cívica dos jovens em diferentes actividades, tendo sido activo na mobilização juvenil na luta contra a SIDA e do desenvolvimento da cidadania, através da promoção da participação juvenil nos debates públicos, nomeadamente em relação aos problemas que se colocam à juventude. Ela tem revelado uma forte capacidade de mobilização nos campos de férias e nas palestras que organiza, nomeadamente através das suas emissões radiofónicas diárias, que também lhe assegura uma grande visibilidade.

Esta evolução teria sido impossível sem o desenvolvimento dos meios de comunicação de massas, nomeadamente a rádio e a imprensa. Num país onde mais de 70% da população é analfabeta não há dúvida que o aparecimento de rádios privadas e comunitárias teve um impacto maior comparativamente aos outros meios. Mas paralelamente ao surgimento das estações privadas de rádio, surgiram vários jornais de carácter privado, cuja linha editorial diferia claramente da opinião oficial veiculada pela Rádio Nacional ou pelo Jornal Nô Pintcha. Estas rádios e jornais constituíram-se em vectores privilegiados de difusão de mensagens que nem sempre eram conformes à opinião oficial. A Internet, embora de utilização limitada devido às enormes insuficiências que se impõem ao país em termos de infra-estruturas (fornecimento irregular de energia eléctrica, parque de computadores obsoleto, etc.) também contribuiu para tornar o fluxo de informação mais regular e o contacto entre as organizações da sociedade civil mais intensos. A Internet tem sido igualmente instrumental em termos de difusão da informação e de troca de ideias entre as elites locais por um lado e a diáspora e o mundo exterior por outro. Neste particular, a troca de informação e de ideias entre as ONG nacionais e internacionais tem contribuído para formar uma opinião pública que se distancia daquela veiculada pelos órgãos e instituições estatais. A livre expressão de ideias através de meios mais modernos e cada vez mais sofisticados, e não mais através de contactos directos, potenciou a formação de correntes de opinião sobre os mais variados assuntos de interesse geral, num registo diferente do Estado. Assiste-se a uma “libertação” da opinião pública na medida em que as ideias difundidas através dos meios de comunicação modernos deixam de ser politicamente correctas para assumir formas de dissensos e até de contracorrente de opinião.

A música tornou-se um veículo fundamental na disseminação de ideias críticas. Ela tornou-se igualmente um meio através do qual tornou possível a reunião de pessoas e a discussão entre elas sobre o seu conteúdo. Pode-se dizer que na Guiné-Bissau actual se há um domínio que escapa ao controlo de qualquer tentativa de censura é o da música, por via dos meios que utiliza e pela força de penetração das diferentes camadas que compõem a sociedade. O criticismo exercido através das suas letras tem sido imparável.

Um dos grandes desafios que estas associações e organizações da sociedade civil urbana enfrentam é a sua fragmentação, limitando a sua capacidade de intervir de forma mais eficiente e sustentável junto das comunidades. Os cidadãos mais desprotegidos pelo sistema económico e social esperam das organizações da sociedade civil, em especial daquelas que advogam a favor da defesa dos seus direitos quer através da sensibilização, das acções de educação cívica, ou de apoios concretos no domínio da sobrevivência.

Algumas organizações mantêm com os poderes locais (governo regional, chefes religiosos, chefes das aldeias) laços de colaboração baseados em troca regular de favores. O sistema de clientelismo condiciona o papel da sociedade civil em matéria de governação democrática e da luta contra a violação de determinados direitos (tráfico humano, mutilação genital feminina, casamento precoce, trabalho infantil, etc.).

Um outro constrangimento consiste no facto de determinadas organizações acabarem por limitar o seu campo de acção ao grupo étnico, muitas das vezes por falta de meios. Esta abordagem tem o seu risco, na medida em que pode estimular a nascença ou o reforço de sentimentos regionalistas ou micro nacionalistas, sentimentos esses muito associados aos processos de inclusão ou exclusão, dependendo do tipo e da densidade das abordagens e mensagens veiculadas junto das comunidades. Ela provoca igualmente um entendimento e uma apropriação bastante desigual da dinâmica das transformações sociais e ao mesmo tempo, aumenta a influência e a pressão exterior sobre as organizações nacionais que demonstram uma maior capacidade organizativa e de realização de actividades.

A propósito dos sítios e formas de intervenção da sociedade civil, e numa interessante análise sobre o papel da sociedade civil na resolução de conflitos na Índia, N.B. Nisal defende que as associações ou mesmo as meras actividades informais são partes constitutivas da sociedade civil, e que os sítios das interacções cívicas vão desde os mais previsíveis aos particularmente culturais, sendo exemplo dos sítios previsíveis as vizinhanças, as comunidades de aldeias, terreno de jogo, etc. As interacções entre grupos não se limitam a estes sítios. Podem igualmente ser os locais de festival onde as populações não só participam no espectáculo, religioso ou não, mas também constroem conexões para fins seculares como a política, os passeios onde os que regressam do trabalho falam não só sobre o tempo, mas também sobre as estruturas organizacionais nos seus locais de trabalho, mercados, filmes, festivais, e política. Por exemplo, o rio da aldeia ou um fontenário, são lugares onde as mulheres não só lavam a roupa e trocam de opiniões sobre as respectivas famílias, mas também discutem sobre os professores da escola, os proprietários das terras e a política. Os centros de colheita de leite é um lugar onde homens e mulheres recolhem o leite todas as manhãs, mas também falam das crianças, dos familiares, do governo local, das tendências culturais e dos assuntos políticos nacionais. O que é crucial na noção de sociedade civil é que as famílias e os indivíduos mantêm relações uns com os outros para lá destes sítios, falando sobre assuntos de relevância pública sem interferência ou censura do Estado. Que isso tenha lugar no seio de associações ou em sítios de encontro tradicionais depende do grau de urbanização do Estado ou de

desenvolvimento económico. As cidades tendem a ter associações formais, enquanto no campo esses encontros e intercâmbios têm lugar em sítios e reuniões informais.

Pelo que acima ficou exposto, é de se relativizar a tese segundo a qual as sociedades africanas teriam sido completamente dominadas, e que as opiniões públicas das mesmas teriam sido prisioneiras das opiniões “oficiais”. As associações, uniões, corporações e movimentos sempre defenderam e representaram opiniões diversas. Apesar do poder económico e do sistema estatal, a proliferação de grupos fundada numa tradição, num modo de vida, numa opinião ou num protesto, nunca foi tão abrangente e diversificado como foi no final do século XX. O impacto destes grupos sobre a opinião pública é considerável. Novas formas de acção social “não institucionalizadas” têm vindo a ser desenvolvidas no sentido de criar uma vasta consciência de um lado, e dissipar as dúvidas quanto à capacidade de as instituições tradicionais resolverem estes problemas. Doutro lado, novos tipos de actores associaram-se ao processo político sem contudo querer participar directamente no exercício do poder. Assim, o conceito de sociedade civil devia ser encarado também como um lugar de associações e de integração social onde têm lugar mediações entre indivíduos e grupos, entre grupos e instituições sociais, entre instituições sociais e instituições políticas e económicas; um lugar onde identidades sociais e novos estilos de vida são formadas; um lugar diversificado, se não mesmo dividido (uma característica que constitui a chave da sua dinâmica interna); o local de formação da opinião pública e das lutas que dela resultam; uma realidade ligada primeiramente ao Estado, mas também ao sistema económico transnacional e cada vez mais, ao sector doméstico ou interno da vida quotidiana, que tem ligações fundamentais com o sistema democrático como uma condição da sua existência e desenvolvimento.

Tal como Habermas o constatara para a esfera pública do século XVII promovida pela burguesia nascente, o aliciente inicial destes espaços era o uso público da razão através da participação em debates crítico-rationais. O objectivo perseguido pela esfera pública da sociedade civil europeia foi o de contrastar as práticas secretas do Estado, e com ela promover leis baseadas no *ratio* a não na *vontade* do soberano absoluto (Habermas, 1989: 27, 52-53, 140, 175-176, 179). Para Habermas, este espaço intermédio entre o Estado e a Família tentava regular o exercício do poder do Estado pondo freios ao poder unilateral do soberano e dando uma voz à sociedade nos assuntos públicos e de governo. Hoje, o objectivo intrínseco da sociedade civil africana é de inventar espaços de comunicação, de negociação e de produção de consensos que façam prevalecer o interesse comum sobre o interesse particular e que salvaguarde, tanto quanto possível, a coesão social, evitando que os conflitos sociais, que em princípio são salutares ao desenvolvimento social transbordem em conflitos violentos.

SOCIEDADE CIVIL E GESTÃO DE CONFLITOS

A importância das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e resolução de conflitos foi sublinhada, em 1997, pela Comissão Carnegie sobre Prevenção de Conflitos Mortíferos. Num relatório tornado público no mesmo ano, a Comissão referia que as organizações não-governamentais, uma expressão da sociedade civil, são importantes para a saúde política de todos os países, e que a sua contribuição efectiva e potencial na prevenção do conflito mortífero, especialmente a violência de massas no interior dos Estados, estava a tornar-se num dos traços distintivos da era pós-guerra fria. A mesma Comissão defende a opinião de que tais conflitos podem ser geridos de uma maneira mais expedita através das intervenções não oficiais das organizações da sociedade civil. Ela sublinhava o facto de que foi particularmente observado que as organizações da sociedade civil são preferidas na prevenção de conflitos porque possuem um conhecimento profundo das questões regionais e

locais, culturas, e relações, e uma habilidade para funcionar em circunstâncias adversas, e talvez especialmente, onde os governos não podem. A sua proximidade a situações de conflito permite-lhes responder atempadamente a diferentes situações, o que se revela particularmente importante em situações de conflito.

Na importante literatura que existe sobre a participação da sociedade civil na gestão de conflitos (Ayissi s/d, Kasaija 2006, Rood 2004), sobretudo relativamente aos conflitos violentos, são avançadas várias razões que explicam a importância das sociedades civis da África Ocidental no discurso sobre a resolução de conflitos, revelando-se três delas como particularmente relevantes para a presente análise. São geralmente conflitos designados de “guerras civis”, isto é situações de violência armada que opõem protagonistas membros de um mesmo Estado. Em termos de causalidade, uma das características principais destas violências é que o Estado é geralmente, na melhor das hipóteses, parte ou no pior dos casos, a principal razão e a causa essencial das confrontações. Nestas situações, a procura de soluções viáveis não se pode fazer a não ser tomando em consideração os mais atingidos pela situação de violência, nomeadamente as mulheres e os homens ordinários cuja massa constitui a sociedade civil.

A segunda razão tem a ver com o facto de que, pela sua dimensão, intensidade e duração, os novos processos de violência de massa na África Ocidental têm tendência a demolir totalmente o Estado e a substituir o conjunto de ruínas institucionais pelo que foi outrora uma sociedade politicamente organizada. Nestas sociedades que se tornaram sem Estado ou que têm de se contentar com um simples resíduo de Estado, as populações órfãs de instituições estatais aprendem a desenrascar-se sozinhas. Elas organizam-se, reforçam-se e tornam-se mais fortes e mais dinâmicas; face ao abandono dos mediadores exteriores, tomam consciência de que é preciso tornarem-se seus próprios salvadores. A sociedade civil é obrigada a tomar o destino da paz em mãos.

A terceira razão explicativa da inserção da sociedade civil na esfera da resolução de conflitos tem a ver com a incapacidade fundamental da diplomacia preventiva, tal como a conhecemos até aqui, de vir ao encontro das novas formas de violência armada em África. Torna-se cada vez mais evidente que os instrumentos tradicionalmente utilizados para a gestão das crises tornaram-se impotentes no continente. Várias têm sido as vozes a reconhecer tal facto, tanto no meio académico, como diplomático e político.

Num prefácio a uma publicação recente das Nações Unidas, o Presidente Obasanjo declarava que era preciso passar do paradigma da segurança nacional, globalmente entendida como segurança do Estado, para um novo paradigma, colocando o “acento tónico” ao mesmo tempo sobre o desenvolvimento e a segurança à volta do ser humano”¹⁵. É nesta perspectiva que vamos tentar analisar o envolvimento da sociedade civil na gestão dos conflitos que assolaram a Guiné-Bissau, centrando a nossa atenção sobre o conflito armado de 1998/1999.

A sociedade civil guineense envolveu-se directa e indirectamente na gestão do conflito de 1998/99. Ela esteve directamente envolvida em vários momentos e actos de negociação pela Paz, tendo sido as acções da Comissão Nacional de Boa Vontade a primeira manifestação deste envolvimento. Constituída por cidadãos comuns cuja preocupação de momento era evitar que o conflito perdurasse e se alastrasse a outras regiões do país, os membros desta

¹⁵ Olusegun Obasanjo, “Une vision de l’intégration pour le XXIe siècle », prefácio à obra de Anatole Ayissi, *Coopération pour la paix en Afrique de l’Ouest : agenda pour le XXIe siècle*, Nations Unies/UNIDIR, New York et Genève, 2001.

Comissão envolveram-se em negociações directas com os dois protagonistas do conflito, nomeadamente o então Presidente da República, João Bernardo Vieira e o Brigadeiro Ansumane Mané, Chefe dos revoltosos, que mais tarde viriam a autodenominar-se Junta Militar. Os membros da Comissão valiam pelo seu prestígio moral pessoal e pelos conhecimentos que possuíam dos corredores do poder. Alguns tinham servido em instituições do Estado, certo, mas a sua conduta irreparável tinha feito deles uma referência nacional. Esta comissão era chefiada pelo Bispo da Igreja Católica, D. Septimio Ferrazzeta.

Referindo-se à intervenção da igreja na resolução de outros conflitos, a Comissão Carnegie observou, em 1997, que os líderes e as instituições religiosas estão bem posicionados para promover a paz por uma série de razões: uma mensagem clara que encontra eco junto dos seus seguidores; uma longa e bem estabelecida presença no terreno; uma infra-estrutura bem desenvolvida que muitas vezes inclui uma sofisticada rede de comunicações ligando os escritórios locais, nacionais e internacionais; uma legitimidade para falar sobre questões relacionadas com a crise; uma orientação tradicional para a paz e boa-vontade.

As especificidades que caracterizam a evolução histórica da Igreja Católica na Guiné-Bissau, bem como o seu perfil actual fazem com que o seu envolvimento na resolução dos conflitos assumam contornos e configurações próprias. Ela não deixa porém de partilhar algumas das condições acima descritas, nomeadamente o facto de, enquanto instituição, o seu contacto com as populações locais datar de tempos longínquos; de possuir uma rede de relações e de um capital social não negligenciável, uma infra-estrutura e, sobretudo uma organização relativamente bem estabelecidas no interior do país. O seu envolvimento na resolução do conflito de 1998/1999 foi notório. Se esse envolvimento activo a favor da Paz se deveu por um lado à personalidade do Bispo D. Septimio Arturo Ferrazzetta -um indivíduo conhecido pelo seu discurso com forte cunho político - por outro lado, deveu-se à vocação da própria Igreja católica, muitas vezes voltada para a promoção da Paz e justiça social.

Na Guiné-Bissau, a Igreja Católica nunca alcançou a grande influência que teve noutras formações sociais africanas, como foi o caso de Cabo Verde por exemplo. Na Guiné-Bissau, país de velha tradição animista e larga implantação muçulmana, a Igreja Católica teve uma expansão morosa cujas bases sempre precisavam de ser consolidadas. De acordo com Koudawo (2001), na realidade, a sua influência moral e religiosa não chegou a igualar o seu papel social. Enquanto a influência social dos missionários estendeu-se e atingiu todo o país através das obras desenvolvidas nos domínios da saúde e da educação, a irradiação religiosa e moral ficou limitada. Eclipsadas durante quinze anos pelo papel hegemónico do Estado, do partido único e das organizações de massas, as Igrejas em geral e a Católica em particular, só voltaram a ter uma maior visibilidade e uma nítida liberdade de acção social na sequencia das liberalizações ocorridas no final da década de 80 e no início dos anos 90. A liberalização económica e a consequente redução do papel intervencionista do Estado permitiram um reacender do papel social da Igreja Católica, cuja presença é tanto mais apreciada quanto o controle total anteriormente exercido pelo Estado se revelara infrutuoso e mesmo sinónimo de regressão, particularmente nas escolas e internatos nacionalizados que caíram em ruínas depois de escassos anos de gestão estatal.

Porém, a forte presença da Igreja Católica no domínio sanitário, o seu envolvimento cada vez maior nas organizações da sociedade civil, de apoio à juventude, de alívio da pobreza, etc., restituiu a esta instituição um papel de destaque perdido nos anos anteriores. Quando eclodiu o conflito que afectou o país entre Junho de 1998 e Maio de 1999, foi o peso moral do Bispo Arturo Ferrazzetta e atrás dele de toda a Igreja Católica que desempenhou um papel

importante na sua aceitação pelas duas partes nele envolvidas como um dos mediadores principais. No auge das hostilidades, ele chegou mesmo a encarnar a única esperança de solução negociada e tornou-se uma personalidade de consenso nacional¹⁶.

A Igreja Católica não esteve sozinha nas *démarches* que deviam conduzir à aquisição da Paz, mas ela desempenhou o papel de liderança. Koudawo defende, com razão, que o papel de destaque desempenhado pela Igreja Católica durante o conflito não surgiu do nada. Antes da eclosão da guerra, as autoridades diocesanas de Bissau haviam dado a sua contribuição na resolução de conflitos sociais, nomeadamente laborais e escolares. O Bispo de Bissau foi várias vezes chamado para servir de mediador nas crises que opuseram o governo ao Sindicato Nacional de Professores e partir de 1992. Aliás, o envolvimento da sociedade civil ou de certas organizações da sociedade civil nunca se limitou à gestão de conflitos que envolviam estruturas ou instituições do Estado. Uma parte substancial do trabalho da sociedade civil se faz ao nível da sensibilização e da consolidação das capacidades locais de gestão dos conflitos: organização de seminários, de conferências, de *ateliers* de formação, que cada vez são ocasião para os membros da sociedade civil se conhecerem, trocarem informações e experiências e de elaborarem estratégias de acções comuns.

Este trabalho de sensibilização e de educação cívica pode ter facilitado o surgimento, em 1998, de um amplo movimento que cedo se mobilizou a favor da resolução pacífica do conflito e se posicionou frontal e abertamente contra o envolvimento de tropas estrangeiras no conflito. O Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, constituído em Novembro de 1998, transformou-se no porta-bandeira deste amplo movimento da sociedade civil pela paz. Numa reunião realizada no território controlado pela então Junta Militar, cerca de 150 pessoas, representando mais de 130 organizações da sociedade civil ergueram-se, exigindo que os protagonistas cessassem as hostilidades e que houvesse uma retirada imediata das tropas estrangeiras estacionadas no país, cuja presença tinha sido solicitada e facilitada pelas forças governamentais.

As acções dessas associações eram dirigidas não só aos beligerantes como aos próprios membros da coligação, exaltando o papel da sociedade civil na resolução do conflito. O trabalho da sociedade civil junto da comunidade local no sentido de sensibilizá-la a opor-se ao conflito e exigindo a retirada das tropas estrangeiras do país fazia das discussões à volta da mesa de negociações a parte tardia de um amplo processo político nos quais os conflitos são prevenidos e resolvidos através de meios pacíficos e de um engajamento permanente e construtivo a favor da preservação de um clima social favorável ao desenvolvimento. É a este amplo processo político que alguém designou de “o processo da paz” – uma mistura de política, diplomacia, negociações, mediações e diálogo tanto na arena oficial como oficioso (Harold Saunders, 1996). A história política recente da Guiné-Bissau abunda em exemplos onde a sociedade civil guineense teve um contributo valioso na prevenção de conflitos, impedindo que eles descambassem na utilização de armas.

Um outro domínio em que se fez sentir o envolvimento activo da sociedade civil na resolução do conflito de 1998/1999 é o da facilitação do diálogo entre as partes beligerantes. No início do conflito os membros da Comissão da Boa Vontade não se cansavam de fazer o vaivém entre Brá, declarada desde o primeiro dia como o território dos revoltosos, e o palácio do Povo, símbolo do poder instituído e onde se encontrava entrincheirado o Presidente da

¹⁶ O bispo tornou-se uma figura lendária porque, aos 74 anos de idade e de saúde frágil, dedicou as suas últimas forças à procura da paz na Guiné-Bissau, onde trabalhou durante 44 anos. Morreu subitamente em pleno período de busca de uma saída definitiva à guerra.

República, num deliberado esforço de evitar o deflagrar da guerra. No auge da confrontação armada, representantes da sociedade civil estiveram presentes nas várias rondas de negociações promovidas quer pela comunidade internacional, quer por organismos regionais como a CEDEAO, ora participando directamente na mesa das negociações, ora servindo de facilitadores do diálogo entre os beligerantes.

O envolvimento indirecto da sociedade civil manifestou-se igualmente de várias formas. Uma delas foi através da organização e participação em manifestações populares. Em Outubro de 1998, no auge do conflito, quando tinham decorrido quatro meses após o eclodir do mesmo e durante dois dias, três manifestações percorreram as ruas da capital e dirigiram-se à zona controlada pela Junta Militar. Começaram por exigir a “Paz”, gritando que “o povo está cansado da guerra”. Acabaram de punhos erguidos a exigir a retirada de todas as tropas senegalesas¹⁷. Mulheres e jovens tomaram a iniciativa das manifestações, com o apoio de grupos e organizações religiosas, tanto católicas como muçulmanas. Duas dessas manifestações foram recebidas pelo próprio brigadeiro Ansumane Mané, o chefe dos revoltosos, que prometeu manter o cessar-fogo que tinha sido acordado. A par destas manifestações que mobilizavam centenas de pessoas e que chegaram a ser organizadas tanto dentro como fora do país-, os programas da rádio - um meio poderoso para atingir populações analfabetas- animadas por algumas das organizações da sociedade civil constituíram um meio incontornável em termos de despertar consciências sobre o perigo de uma deriva bélica e de influenciar opiniões a favor da resolução pacífica do conflito.

A mais marcante de todas as formas de participação indirecta no conflito armado foram as medidas empreendidas pelas populações no sentido de fazer face aos efeitos nefastos deste, através, por exemplo, da sua auto-organização para o acolhimento dos deslocados provenientes da capital e das vítimas da guerra em geral. O conflito armado de 1998 fez com que muitos cidadãos procurassem as zonas de origem para se refugiarem. Imbuído de um espírito de solidariedade e de entreatura ancestral, as populações das zonas rurais, em consonância com as suas possibilidades e disponibilidades, activaram vários mecanismos de apoio e solidariedade, que se traduziram, entre outros aspectos, na evacuação, acolhimento e integração dos deslocados, no disponibilizar de lugares adaptados para o efeito ou fazendo doações a estruturas encarregues de os acolher.

Um exemplo paradigmático da organização e da capacidade de gestão da sociedade civil para acudir as vítimas do conflito armado foi a criação do Comité de Gestão de Crise (CGC) em Bubaque. Perante a chegada massiva de indivíduos de todas as origens étnicas, idade e sexo, os habitantes desta ilha decidiram criar um órgão de coordenação e concertação, constituído na base de voluntariado por homens e mulheres de todas as sensibilidades políticas, de diferentes idades e classe sociais. O raio e campo de acção do CGC foram diversos indo da informação, comunicação e sensibilização e indo até à saúde e administração, passando pelo transporte e recenseamento. O Comité funcionou de forma ininterrupta durante os sete sucessivos meses que durou o conflito e transformou-se no interlocutor privilegiado, executor e dinamizador de quase todas as acções a favor dos deslocados no Arquipélago. Para minimizar a situação de *stress*, e em colaboração com pessoas singulares, a Comissão organizou programas de intercâmbios e de recreação e manifestações desportivas, acompanhadas de palestras e campanhas de sensibilização reflectindo temas diversos.

¹⁷ Alegando um acordo assinado entre o governo da Guiné-Bissau e o governo do Senegal, o primeiro recorreu, logo nos primeiros dias após o eclodir das hostilidades armadas, ao envolvimento das tropas senegalesas nos combates, uma vez que a esmagadora maioria das suas tropas tinham desertado o campo governamental, para se associar à Junta Militar revoltosa de Ansumane Mané.

Acções similares noutras partes do país impediram que o conflito armado se transformasse numa catástrofe humanitária, tendo em conta o nível de pobreza que caracteriza as populações e os limitados meios financeiros e infra-estruturais de que dispõe o país. A contribuição da população local e de ONG fez do caso do Arquipélago dos Bijagós e da Guiné-Bissau em geral um caso particular na história dos deslocados e refugiados de guerra, na medida em que a sua integração nas famílias impediram a criação de campos de refugiados e todos os problemas que daí advêm.

Como chegou a constatar Célia McKeon, a natureza de um conflito interno como foi o da Guiné-Bissau fornece o mais convincente argumento para a participação da sociedade civil no processo de paz. Não é somente porque as consequências da confrontação brutal entre os beligerantes recaem sobre as populações menos protegidas causando morte e destruição entre elas; o mais grave é que se assiste a que unidades básicas da sociedade sejam deliberada e por vezes sistematicamente transformadas em alvos dos protagonistas do conflito. No caso do conflito em análise, assistiu-se a inúmeros episódios que deixam acreditar que os alvos teriam sido escolhidos deliberadamente, como foi o caso do bombardeamento de um centro de saúde e a instalação de uma linha avançada das tropas senegalesas em instalações escolares e no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa. Cidadãos individuais, a família e comunidades são violadas, sofrem coerção e são subvertidos como parte das estratégias política, económica e sociocultural dos actores armados. E como o povo se sente directamente afectado pela guerra ele é obrigado a desenvolver um interesse particular pela resolução do conflito. O simples e corajoso acto de a sociedade civil se ter manifestado sistematicamente contra o prosseguimento da guerra, advogando o diálogo como alternativa à violência armada, pode ter contribuído para convencer os protagonistas da inutilidade da guerra e abrir novas perspectivas para a resolução pacífica do conflito.

O envolvimento da sociedade civil na prevenção de conflitos tem-se manifestado igualmente através do monitoramento que tem feito da evolução política do país, evitando, por exemplo, que a acção dos militares que frequentemente tendem a imiscuir-se em assuntos políticos, não constituam novos focos de conflitos, ou que os desentendimentos verificados entre estes e os políticos não desemboquem em acções armadas. Recentemente, a capital do país foi surpreendida com uma marcha pela paz, empreendida por centenas de indivíduos vestidos de branco. Organizada pelo autodenominado Grupo de Cidadãos de Boa Vontade, a manifestação apelou à paz e à concórdia entre os guineenses e apresentou aos governantes do país um Manifesto dos Cidadãos pela Paz, onde se refere que a Guiné-Bissau “parece um barco abandonado e sem rumo”.

A sociedade civil tem-se notabilizado na prevenção de conflitos entre franjas da população, nomeadamente em constelações motivadas por desentendimentos entre praticantes de religiões diferentes, entre cristãos evangélicos e muçulmanos, ou combatendo práticas que põem em causa o respeito dos direitos humanos, quer sejam essas práticas provenientes das estruturas estatais, quer de estruturas da própria sociedade civil. Num recente comunicado de imprensa, a Direcção da Liga Guineense dos Direitos Humanos condenava os actos de atrocidade perpetrados por um grupo de cidadãos numa das aldeias do Sul do país contra elementos da Igreja Evangélica que se encontravam num acampamento bíblico¹⁸.

¹⁸ Para mais detalhes, ver Nota de imprensa da Liga Guineense dos Direitos Humanos de 07.01.08, <http://www.lgdh.org>.

Este último aspecto revela que a sociedade civil não é uma entidade homogénea. Ela constitui um conjunto ou uma variedade de coisas boas e de coisas más, onde pode reinar consenso, mas também onde podem sobressair dissensos sobre determinados aspectos da vida social. Alguém dizia que limitar sociedade civil aos actores que perseguem o bem e objectivos nobres, seria transformar o conceito “numa noção teleológica e não política ou sociológica” (Rieff, 1999)¹⁹. Um exemplo desta contradição ou falta de consenso no seio da própria sociedade civil é o recente conflito entre a Liga Guineense dos Direitos Humanos e algumas organizações representativas da comunidade islâmica no país que se manifestou contra qualquer medida legislativa que visa punir a mutilação genital feminina e o repatriamento das crianças Talibés de certos países da sub-região para as suas aldeias de origem. Reagindo a um posicionamento de certas organizações islâmicas nos órgãos de comunicação social, a Liga emitiu uma nota de imprensa condenando o acto e encorajando a ANP a prosseguir com os procedimentos legislativos em curso com vista à aprovação de uma lei que puna a prática da mutilação genital feminina à semelhança de outros países da Sub-região²⁰.

CONCLUSÃO

O facto de uma sociedade ter conhecido num certo período da sua história uma forma de governação repressiva, como foi o caso da Guiné-Bissau durante o regime colonial fascista português, não impede que no seu seio se possa desenvolver uma sociedade civil activa e digna desse nome. Contrariamente à tese defendida por alguns autores, e que obviamente merece ser relativizada, existem no continente africano exemplos de sociedades nas quais o poder colonial não conseguiu estender a sua autoridade a todo o território, e onde o vazio assim deixado foi preenchido por formas de organização autóctones e independentes do poder central estatal. Não obstante o poder económico e o sistema estatal implantado em muitas das ex-colónias, não deixou de se manifestar a proliferação de grupos fundada numa tradição, num modo de vida, numa opinião ou num protesto.

A influência destes grupos sobre a vida social, política e cultural das respectivas sociedades foi e continua a ser considerável. Tanto no passado como no presente, estas formas de acção social “não institucionalizadas” foram e têm vindo a ser desenvolvidas não só no sentido de fazer face aos problemas de interesse geral, como têm contribuído para criar uma vasta consciência e uma opinião pública à altura dos desafios que se coloca à sociedade na sua fase actual de desenvolvimento.

Captar o dinamismo destes grupos, enquanto parte da sociedade civil implica, no entanto, que ao conceito de sociedade civil seja emprestada uma compreensão que se afasta daquela que a encara como algo estruturado, formalmente constituído, decalcado das formas de organização que a Europa conheceu na Alta Idade Média, e cuja génese e desenvolvimento se deveu à ascensão de uma burguesia inconformada com as práticas burocráticas do Estado absolutista e ávida de partilhar o poder com uma nobreza decadente, uma sociedade civil que nasceu e se desenvolveu à medida que se consolidavam as relações capitalistas de produção. O conceito que nos propusemos introduzir faz eco das propostas de alguns autores como Joshua Forrest e Elke Zuern, que vêem a sociedade civil como as esferas não estatais que englobam uma larga franja de actividades e organizações sociais e políticas, incluindo uma vasta gama de formações e/ou movimentos sociais que podem estar baseadas nos centros urbanos ou em zonas rurais.

¹⁹ Citado segundo Carothers & Barndt (1999-2000)

²⁰ Ver Nota de imprensa da Liga Guineense dos Direitos Humanos de 22.02.08, <http://www.lgdh.org>.

Contrariamente ao que é corrente admitir-se, esta sociedade civil não só foi activa historicamente, resistindo, por exemplo, à dominação colonial, como desempenhou e tem desempenhado um papel activo na constituição do espaço público, e tem-se revelado um actor incontornável na prevenção, gestão e resolução de conflitos.

Através do esforço desenvolvido no sentido da concertação das suas acções, estas associações e movimentos contribuíram significativamente para a constituição de um espaço de reflexão e de debate sobre aspectos relevantes da vida dos cidadãos, uma esfera que se situa entre eles e o Estado e na qual discussões públicas sobre matérias de interesse geral, criando um elo de ligação cada vez mais estreito não só entre si, mas também entre eles e a sociedade em geral. A inspiração que conduziu à criação e consolidação destas organizações na actualidade não é alheia à existência de uma tradição de organização da sociedade em grupos de interesse autónomos vis-à-vis a um poder central, da construção de interdependências, entrelaçadas, de alianças e de coordenação entre comunidades locais de origens étnicas diferentes e, ao fim e ao cabo, de autonomia social. O accionar de movimentos sociais e grupos organizados da sociedade civil levou por exemplo à ampliação do campo de liberdade antes que se deram os processos de transição à democracia nos finais dos anos 80. No período imediatamente antes, e baseando-se numa troca regular de informações e partilha de experiências entre as organizações, a Guiné-Bissau conheceu um período de vivo debate à volta da governação democrática e desenvolvimento participativo.

Nos últimos anos, nasceram várias redes temáticas, algumas delas bastante importantes do ponto de vista da representatividade e abrangência geográfica, cujo objectivo consiste em promover o debate sobre temáticas seleccionadas, incluindo, por exemplo, a questão da violência contra as mulheres (RENLUV, e questões da paz e da democracia (WANEP), passando pela promoção da participação das mulheres (AMAE) e Jovens (RENAJ) nas actividades económicas, sociais e culturais. Um estudo recente revelou que a educação e formação ocupam um lugar de destaque em termos de temáticas ou áreas em que intervêm as ONG. A captação de recursos continua a ser uma das preocupações destas organizações, mas não se lhes pode negar um papel activo no despertar e/ou elevação da consciência do cidadão comum relativamente a estes temas. Um exemplo paradigmático desta polivalência constitui a Rede Nacional das Associações Juvenis (RENAJ), cuja acção tem contribuído para a promoção da participação cívica dos jovens em diferentes actividades. Ela tem sido activa, por exemplo, na mobilização juvenil na luta contra a SIDA e no desenvolvimento da cidadania, e tem revelado uma forte capacidade de mobilização nos campos de férias e nas palestras que organiza, nomeadamente através das suas emissões radiofónicas diárias, que também lhe assegura uma grande visibilidade.

A tarefa da sociedade civil africana tem sido a de inventar espaços de comunicação e de negociação de consensos, tendo como pano de fundo os interesses gerais da sociedade. Esta negociação tem sido um processo permanente, incluindo por vezes actos de prevenção e gestão de conflitos. As formas de que se reveste o seu envolvimento na prevenção de conflitos têm sido muito variadas, determinadas a maior parte das vezes pela própria natureza dos mesmos, mas igualmente pelo tipo de actores neles envolvidos. A sua participação activa nas tentativas de gestão e resolução do conflito de 1998/99 e, sobretudo, a criatividade de que fez prova para responder aos desafios que se colocavam em termos de emergência humanitária, ilustram bem a existência, criatividade e autonomia de uma sociedade civil guineense.

BIBLIOGRAFIA

Arditi, Benjamin, Trayectoria e potencial político de la idea de sociedad civil, *Revista Mexicana de Sociología*, Vol. 66, N° 1, (Jan.-Mar., 2004), pp. 1-21

Ayissi, Anatole (s/d), « Société Civile et Résolution des Conflits en Afrique de l'Ouest », Institut des Nations Unies pour la Recherche sur le Développement (UNIDIR).

Belloni, Roberto (2001), *Civil Society and Peacebuilding in Bósnia and Herzegovina*, *Journal of Peasse Research*, Vol. 38, No. 2 (Mar., 2001), pp. 163-180.

Biai, Justino (2000), “O impacto do levantamento político-militar na Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós”, *SORONDA*, Número Especial 7 de Junho, INEP, Bissau.

Buttigieg, Joseph A., “Gramsci on Civil Society”, *boundary 2*, Vol. 22, N° 3, (Autumn, 1995), pp. 1-32, Duke University Press.

Carothers, Thomas & Barndt William (1999-2000), “Civil Society”, *Foreign Policy*, No. 117 (Winter, 1999-2000), pp. 18-é'+26-29, Carnegie Endwement for International Peace.

Calhoun, Craig, “Toward a More Public Social Science”, http://www.ssrc.org/president_office/toward_a_more/printable.html

Chabal, Patrick (1986), “Thinking about Politics in Africa”, introduction to *Political Domination in Africa: Reflections on the Limits of Power*, ed. Patrick Chabal, Cambridge University Press, Cambridge.

Chazan, Naomi, “Patterns of State-Society Incorporation and Disengagement in Africa,” in *The Precarious Balance: State end Society in Africa*, ed. Donald Rotchild and Naomi Chazan, Westview Press, Boulder, Colo., 121-48.

De Tocqueville, A. (1955), *Democracy in America*, 2 vols. New York: Vintage Books.

Glaser, Daryl (1997), “South Africa and the Limits of Civil Society”, *Journal of Southern African Studies*, Vol. 23, No. 1, 5 Mar., 1997), pp. 5-25.

Fisher, Ronald J. (1997), *Interactive Conflict Resolution*, Syracuse University Press, Syracuse, New York.

Flyvbjerg, Bent (1998), “Habermas and Foucault: Thinkers for Civil Society?”, *The British Journal of Sociology*, Vol. 49, No. 2, (Jun., 1998), pp. 210-233.

Forrest, Joshua, *Lineages of State Fragility: Rural Civil society in Guinea-Bissau*, Ohio University Press, Athens, James Currey, Oxford, 2003.

Kasaija, Apuuli P. (2006), “Civil Society and Conflict Resolution: The Role of the Acholi Religious Leaders Peace Initiative (ARLPI) in the Northern Uganda Conflict”. Paper presented at the 7th Annual Conference of the International Society for Third Sector Research (ISTR) Bangkok Thailand, 9-12 July 2006.

Koudawo, Fafali (2001), Cabo Verde e Guiné-Bissau. Da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal, INEP, Bissau.

Habermas, Jurgen (1991), *The Structural Transformation of the Public Sphere: An Inquiry into a Category of Bourgeois Society*. Trans. Thomas Burger with Frederick Lawrence, Cambridge, MA: MIT Press.

Handem, Alfredo (Coord.) (2008), *Análise das Relações Institucionais e das Capacidades das Organizações da Sociedade Civil*, Bissau.

Makumbe, John M., “Is there a Civil Society in Africa?”, *International Affairs*, Vol. 74, N° 2, (April 1998), pp. 305-317.

Mamdani, Mohamoud (2004), *Citoyen et sujet. L’Afrique contemporaine et l’héritage du colonialisme tardif*, Editions Karthala, Sefhis, Paris, Amsterdam.

Mamdani, Mohamoud (1995), “A Critique of the State and Civil Society Paradigm in Africanist Studies”, in *African Studies in Social Movements and Democracy*, edited by Mahmood Mamdani & Ernest Wamba-dia-Wamba, CODESRIA Book Series, Dakar.

McKeon, Célia (2005), “Civil Society: participating in peace”, in *People building peace II*, Paul van Tongeren, Malin Brenk, Marte Hellema and Juliette Verhoeven (eds), Lynne Rienner Publishers, London.

Mendy, Peter K. (1994), *Colonialismo Português em África: A Tradição de Resistência na Guiné-Bissau (1879-1959)*, Bissau, INEP.

Migdal, Joel S. (1988), *Strong Societies and Weak States: State-Society Relations and State Capabilities in the Third World*, Princeton University Press, Princeton, N. J..

Mitchell, Don (1995), “The End of Public Space? People’s Park, Definitions of the Public, and Democracy”, *Annals of the Association of American Geographers*, Vol. 85, N° 1, (Mar., 1995), pp. 108-133.

Nisal, M. B., The Role of Civil Society in Conflict Resolution, in <http://www.mkgandhi.org/nonviolence/civil%20society.htm>

Rood, Steven (2004), “The Dynamics and Management of Internal Conflicts in Asia”. Third Study Group Meeting, February 27-March 3, 2004, Washington, D.C.

Rudebeck, Lars (2001), *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000. Um Estudo de Democratização Difícil*, Nordiska Afrikainstitutet, Uppsala.

Sales, Arnaud (1991), “The Private, the Public and Civil Society: Social Realms and Power Structures”, *International Political Science Review*, Vol. 12, No. 4, (Oct., 1991), pp. 295-312.

Saunders, Harold (1996), “Prenegotiation and Circum-negotiation. Arenas of the Peace Process”, in *Managing Global Chaos. Sources of and Responses to International Conflict*, edited by Chester A. Crocker & Fen Osler Hampson with Pamela Aall, United States Institute of Peace Press, Washington, D.C.

Smith, A. Anthony, "Kant's Political Philosophy: Rechtsstaat or Council Democracy?", *The Review of Politics*, Vol. 47, N° 2, (April, 1985), pp. 253-280, Cambridge University Press.

Soules, Marshall, Jurgen Habermas and the Public Sphere, <http://www.mala.bc.ca/soules/media301/habermas.htm>

The Role of Civil Society in the Prevention of Armed Conflict. South Caucasus Regional Action Agenda.

Tripp, A. M. (1998) "Expanding 'Civil Society': Women and Political Space in Contemporary Uganda", in *Civil Society and democracy in Africa. Critical Perspectives*, Portland, Ed. Nelson Kasfir, London, Frank Cass.

Vubo, Emmanuel Y. (2008), "On the Viability of Associational Life in traditional Society and Home-Based Associations", in *Civil Society and the Search for Development Alternatives in Cameroon*, Emmanuel Vubo (Editor), CODESRIA, Dakar.

Woods, Dwayne (1992), "Civil Society in Europe and Africa: Limiting State Power through a Public Sphere", *African Studies Review*, Vol. 35, No. 2 (Sep., 1992), pp. 77-100.

Zuern, Elke (2000), "The Changing Roles of Civil Society in African Democratisation Processes", in *Consolidation of Democracy in Africa: A View from the South*, ed. Hussein Solomon and Ian Leibenberg, Aldershot, U.K.: Ashgate, 97, 108-9.